

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.044.897 - MS (2017/0012510-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ANTÔNIO DE JESUS ARF**  
**AGRAVANTE : LUCILENE MACHADO GARCIA ARF**  
**ADVOGADO : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586**  
**AGRAVADO : DEBORAH TOLEDO DE REZENDE ALMEIDA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA - MS009978**  
**WELLINGTON ALBUQUERQUE ASSIS TON E OUTRO(S) - MS013331**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **ANTONIO DE JESUS ARF e OUTROS**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 383/387, e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado: (fl. 310, e-STJ):

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL - PRELIMINAR DE INOVAÇÃO RECURSAL - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO - MÉRITO RECURSAL - INADIMPLEMENTO EVIDENCIADO - PRÉVIA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL QUE NÃO SOFREU QUALQUER OPOSIÇÃO DOS EXECUTADOS, ORA AUTORES - AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO AO ALEGADO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

I - Juízo de admissibilidade. Não deve ser conhecido pedido formulado em sede recursal, em razão da vedação de inovação na lide, notadamente porque, em respeito ao que dispõe o CPC em vigor (art. 10), houve prévia oitiva das partes acerca deste aspecto.

II - Em relação ao ônus probatório no direito processual civil, vigora a regra de que incumbe ao autor provar o fato constitutivo do direito alegado e ao réu a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Se dos autos não sobressai nenhum elemento convincente que corrobore a tese autoral, comprovando o alegado adimplemento da obrigação pelos apelantes assumida, a manutenção da sentença de improcedência é medida que se impõe.

III - Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 336/341, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta pelo Recorrente versa sobre ação ordinária visando a declaração de inexistência de débito. O Juízo de primeiro julgou improcedente o pedido. O Tribunal *a quo* manteve incólume a sentença.

Em suas razões de recurso especial, os recorrentes, ora agravantes, apontam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 302, 319, do CPC/73, 373, II, 1.010, do CPC/15. Sustentam, em síntese, que não houve inovação recursal e o débito decorrente do contrato de arrendamento rural deve ser declarado inexistente.

Contrarrazões (fls. 374/382, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: i) incidência da súmula 83/STJ no que respeita ao art. 1.010, do CPC/15; ii) não houve prequestionamento dos artigos 302 e 319, do CPC/73 (súmula 282/STF); e iii) aplicação da súmula 7/STJ em relação ao art. 333, II, CPC/73.

Daí o presente agravo (fls. 389/401, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual os recorrentes buscam refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 404/410, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. No que respeita à afronta do disposto nos artigos 302 e 309, do CPC/73, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. Em relação à inovação recursal, o Tribunal de origem consignou que "*Após detida análise da petição inicial, constata-se que os demandantes não pleitearam a impossibilidade de aplicação da referida multa diante do suposto descumprimento parcial da avença, protestando, ao revés, por sua inaplicabilidade diante da ausência de descumprimento contratual. Não é por menos que a decisão recorrida silenciou a respeito da impossibilidade de incidência da referida multa diante do descumprimento parcial da avença.*" (fl. 315, e-STJ), **fundamentos estes não impugnados no recurso especial**, tendo tão somente reiterado que "*os autores cumpriram de forma integral o contrato em questão, entregando o imóvel na data apazada e com todos os reparos nas cercas e mangueiros, bem como efetuou a limpeza de pastagem em 200% hectares*" (fl. 348, e-STJ).

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*").

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

**1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.**

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

**2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).**

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 17/09/2018)

**4.** No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de improcedência, pois entendeu que os insurgentes não conseguiram comprovar o direito material. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fls. 319/321, e-STJ):

"Com efeito, **após detida análise do conjunto probatório dos autos**, conclui-se que não assiste razão aos apelantes, que **não se**

**desincumbiram de comprovar o fato constitutivo do direito alegado**, qual seja, de que o contrato havido entre as partes foi por eles adimplido, o que, inclusive, deu ensejo ao ajuizamento de execução extrajudicial manejada pela apelada (feito n. 001.03.100837-3), na qual, todavia, os apelantes deixaram de apresentar qualquer insurgência. [...] Assim, **se dos autos não sobressai nenhum elemento convincente que corrobore a tese autoral, comprovando o alegado adimplemento da obrigação pelos apelantes assumida**, a manutenção da sentença de improcedência é medida que se impõe.[...]"

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Adequada a deliberação monocrática no que concerne ao não acolhimento da tese de negativa de prestação jurisdicional, pois inexistentes quaisquer vícios no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, ficando afastada, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

**2. A alteração do entendimento sedimentado nas instâncias ordinárias, no sentido de que a autora não logrou comprovar os fatos constitutivos do seu direito, somente seria possível mediante o revolvimento dos elementos de fatos e provas dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice da Súmula 7 do STJ. A incidência do referido óbice impede a análise do dissídio jurisprudencial. Precedentes.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 871.400/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado impõe o desprovido do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, aplicável por analogia. Precedentes.

**2. O Tribunal de origem, amparado do conjunto fático-probatório dos autos e nas cláusulas contratuais, concluiu que a parte recorrente não logrou comprovar o aumento da sinistralidade do grupo a fim de justificar o reajuste na mensalidade do plano de saúde, reconhecendo a abusividade no reajuste do referido plano. Assim, não é possível alterar tais conclusões, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, além da interpretação das cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1688833/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 12/09/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL ADESIVO. PEDIDO DE FALÊNCIA. ART. 94, I, DA LEI 11.101/2005. DOCUMENTOS. SUFICIÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inobservância da regra do art. 398 do CPC/73 somente gera nulidade nos casos em que os documentos tenham sido relevantes para a solução do litígio, o que não ocorreu no presente caso. Precedentes.

3. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que: "Verifica-se totalmente dispensável o pleito acerca da desconsideração dos documentos de ffs. 89/112, até mesmo porque sequer utilizados na fundamentação da decisão. (fl. 195)".

**Assim, o acolhimento da pretensão recursal a fim de considerar imprestáveis os documentos juntados para comprovar o direito alegado pelo agravado, e a alteração as conclusões do acórdão recorrido exigiria o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 897.070/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

5. Por fim, importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

**2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.**

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

**6. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.**

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**  
Relator

